

Virilidade e o corpo militar

Rosemeri Moreira*

Resumo

Este artigo é uma reflexão sobre o corpo militar e as construções discursivas que incidem sobre os corpos pensados como femininos e masculinos e que se encontram historicamente classificados através da dicotomia ausência/presença da capacidade viril. A premissa da não virilidade, que até o início do século XX excluía o corpo de mulheres do mundo da caserna, será utilizada nas justificativas simbólicas da necessidade de inclusão de mulheres nesse espaço, como forma de humanizar, civilizar e modernizar as forças policiais e as forças armadas. Este texto reflete sobre o corpo do guerreiro, a erosão e/ou transformação da virilidade ocidental no século XX e o discurso maternalista como base comum da inclusão do “feminino” nas atividades militares e policiais.

Palavras-chave: Corpo. Virilidade. Gênero.

A capacidade guerreira é uma das principais características históricas da percepção sexual dimórfica¹ do corpo no mundo ocidental: ser homem ou ser mulher se inscreve de forma excludente na sua presença ou ausência. Mesmo estando afastadas simbolicamente da instituição da guerra, a presença constante de mulheres nos mais diversos combates e conflitos armados (CAIRE, 2002) exemplifica a percepção do gênero que incide sobre a capacidade/incapacidade do corpo; sua dualidade sexual dentro da visão anatomoclínica e o encarceramento corporal do feminino e masculino, entre si pensados como excludentes.

O debate atual sobre o corpo como objeto de pesquisa, para David Le Breton (2006, p. 9), está relacionado à emergência do feminismo do final da década de 1960, à revolução sexual e à crítica do esporte.

* Doutoranda e bolsista Capes do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC pesquisando sobre os seguintes temas: Gênero, Forças Policiais, Forças Armadas e História do corpo. Integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina.

Recebido em 5/11/2010 - Aprovado em 1º/12/2010
Publicado em agosto de 2011

Longe de negar a materialidade do corpo e/ou do sexo, atendo-me à perspectiva dos historiadores que têm por preocupação historicizar as mudanças e permanências de significações e percepções que dele os agrupamentos humanos constroem. Mesmo compactuando da concepção de que “o corpo é uma ficção, um conjunto de representações mentais, uma imagem inconsciente que se elabora, se dissolve, se reconstrói através da história do sujeito, com a mediação dos discursos sociais e dos sistemas simbólicos” (CORBIN, 2008, p. 9), enfatizo a objetividade historicamente localizada dessa ficcionalidade.

Ao pensar o corpo militar, atendo-me à preocupação com os significados do corpo viril postos em xeque no momento da inclusão de mulheres em espaços considerados construtores da masculinidade; considerando também que o espaço da guerra, enquanto instituição, abarca tanto a atividade militar propriamente dita quanto a atividade policial.

Raymond Caire (2002), ao discutir a presença de mulheres nos exércitos e nas batalhas desde a Idade Antiga, aponta a resistência institucional das Forças Armadas da Inglaterra, França, EUA, Canadá e Alemanha, após a Segunda Guerra Mundial, à concessão do estatuto de militares às mulheres. Sendo precocemente convocadas como auxiliares dos exércitos no início do século XX, em razão do avanço do militarismo nacionalista e belicista, a presença de mulheres em atividades militares é negada em termos simbólicos, mais do que propriamente físicos.

Entretanto, mesmo que o *status* de militares não tenha sido, a princípio, estendido às mulheres, essa presença reatualizou as leituras do dimorfismo corporal, pautado em atribuições e qualificações distribuídas conforme uma descrição anatômica e fisiológica. É importante assinalar que, a despeito da participação de mulheres em uma gama diversificada de funções,² muito além daquelas usualmente apropriadas ao feminino,³ a função de enfermeira permanece à frente na memória coletiva, referente à participação de mulheres nas guerras de massa do século XX.⁴ A maior parte dessas mulheres executou atividades sem vencimentos, sem o *status* e sem as prerrogativas legais dos militares, mesmo tendo desenvolvido trabalhos militarizados próximas e/ou inseridas no *front*.

Além de atuarem como combatentes (QUETÉL, 2009), extrapolando o limite último da fronteira do gênero, as mulheres assumiram tarefas policiais nos países beligerantes, passando, paulatinamente, a compor os quadros policiais. Diferentemente das Forças Policiais, finda a guerra, as Forças Armadas fechar-se-iam à concessão da participação de mulheres em seus quadros como militares, mesmo tendo continuado a se utilizar dessa força de trabalho em larga escala. A conquista simbólica da caserna nas Forças Armadas dar-se-ia, como já dito, somente no final do século e de forma parcial, uma vez que as atividades de combate permanecem relacionadas ao contingente masculino (MATHIAS, 2009; DONATIO; MAZZOTA, 2009). A interpretação biologicista da força *versus* fragilidade permanece fortemente nas

percepções sobre os corpos, a despeito da transformação radical da prática da guerra, da tecnologia e das técnicas de combate.

A ideia de militar – militarismo e militarização – pressupõe enfoques que se entrelaçam. Primeiro, externamente, como a função/organização e capacidade para a guerra, a arte de se sobrepor com a utilização da *força*, a capacidade para a ação. Segundo, pensado internamente a partir dos aspectos fundantes da disciplina e da hierarquia: a autoridade baseada na “situação de guerra” contra o inimigo⁵ que precisa ser neutralizado e o “medo de ser contra”⁶ (ser o inimigo) e deixar de fazer parte do grupo. A militarização funda-se no sentido da unicidade, ao mesmo tempo em que cria o sentido da diferenciação:

Para que um grupo se veja enquanto tal, ele deverá perceber-se distinto de outros grupos. Esta percepção de um grupo como identidade e unicidade se forma a partir de uma representação subjetiva mínima, traduzida em termos objetivos comuns ou tarefas compartilhadas entre seus membros, traduzida em termos de objetivos comuns e que adquirem uma significação naquele contexto social (ME-NUCCI, 1996, p. 171).

O “perceber-se” enquanto grupo no interior das profissões militares, segundo Celso Castro (2004, p. 34), tem por base, principalmente, a crença na superioridade física e moral de seus integrantes, uma representação coletiva que forja coesão e homogeneidade. A ideia de minoria dos melhores, marcada pelo distanciamento com os “paisanos”, é perceptível nessa representação de nobreza e altivez moral que se funda no corpo. Nas palavras de Castro, o “militar” é caracterizado por:

A entonação da voz clara e firme; o olhar direcionado para o horizonte, e não para baixo; uma postura correta, e não curvada; uma certa “densidade” corporal – tônus muscular, relação peso x altura equilibrada, uma noção rígida de higiene corporal –, usar os cabelos curtos, o uniforme impecavelmente limpo, fazer a barba todos os dias (mesmo os imberbes); um linguajar próprio [...]. O senso de honestidade e “retidão” de caráter; a preocupação com as causas “nobres e elevadas” [...]; o espírito de renúncia e o desapego a bens materiais; o respeito à ordem, à disciplina e à hierarquia [...], uma vida levada ao ar livre, saudável, mais natural (2004, p. 45-46).

A crença de “viver de maneira correta” e possuir as qualidades descritas diferenciam e hierarquizam militares e civis. A coesão interna se dá pela percepção de si como diferentes e melhores. O corpo militar é construído por meio desse processo de disciplinarização intensa do corpo-instituição, do corpo-individual e dos valores condizentes ao militarismo.⁷ O “detalhamento” do corpo, “as minúcias dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo”, conforme Michel Foucault (1987, p. 121), distribuem os indivíduos no espaço que os definem, tanto pelo lugar que ocupam quanto pela distância demarcada com o outro.

A hierarquização é pautada na aceitação tácita da subordinação – a sujeição à disciplina militar, a qual, por sua vez, possibilita a instrumentalização do corpo: “corpo-arma, corpo-instrumento, corpo-máquina”.⁸ Os corpos colocados numa relação de codificação/decodificação de sinais que exigem uma resposta obrigatória:

“Entre o corpo e o objeto que o manipula, o poder vem se introduzir, amarra-os um ao outro” (FOUCAULT, 1987, p. 130). O controle dos gestos e a economia dos movimentos regularizam o corpo material e simbólico dos militares.

Traduzido como espaço eminentemente masculino, o militarismo e a virilidade encontram-se entrelaçados como a capacidade para a guerra, para a ação, para a violência. Stéphane Audoin-Rouzeau assinala que o afastamento simbólico do corpo das mulheres dos combates é uma “invariante universal que em todas as sociedades humanas afasta o corpo das mulheres do porte das armas [...] de toda possibilidade de agressão à barreira anatômica que provoque derramamento de sangue” (2008, p. 414). Pela leitura sexual dimórfica e biologicista, a capacidade de suportar e infligir violência, necessária ao combate, encontra-se encarcerada no corpo de homens. Corpo esse biologicamente pensado como detentor de força física e também força moral de proteger os demais corpos carentes de virilidade: os corpos infantis, os corpos das mulheres e os corpos envelhecidos.

Helena Carreiras (2009) discute o processo em que os termos masculinidade e militar foram plasmados numa “grelha simbólica”, que dicotomiza a relação mulheres-paz e homens-guerra. Processo em que a imagem do “outro-mulher”, mesmo que não unívoca, desempenha um papel crucial na definição de militar como alteridade referencial. A ideia de mulher, segundo a autora, cristalizada pela sua ausência, constitui um elemento estruturante do universo simbólico da cultura militar.

A experiência da guerra total, inaugurada no século XX, trouxe em seu bojo a erosão dessa composição de masculinidade vinculada à potência viril e ensaiou a presença de corpos de mulheres em atividades além das funções próprias às representações do feminino. Mulheres passaram a assumir “papéis proibidos como a militarização” (CAPDEVILA, 2005, p. 87), atuando no campo de batalha da guerra propriamente dita, na resistência, nas guerrilhas (WOLFF, 2007) e, como já dito, nas forças policiais dos Estados nacionais.

Como o interdito à violência, presente nas representações sobre o corpo das mulheres, é amenizado ou nuançado a ponto de permitir a existência de um corpo militar feminino? Para tentar entender essa mudança é necessário discutir a destruição, ou erosão, da masculinidade viril do corpo militar.

Audoin-Rouzeau afirma que a partir de 1860⁹ a experiência corporal do combate se torna uma prova física para grande parcela da população masculina europeia: “Uma espécie de norma social” (2008, p. 367). O corpo objetivado da medicina¹⁰ (explorado, classificado e inventariado) transforma-se em palco de investimento de autocontrole. Processo iniciado na segunda metade do século XIX, o treinamento físico como parte do desenvolvimento pessoal, passa a ser um ponto central da identidade (VIGARELLO, 2008; VIGARELLO; HOLT, 2008). O tema da ascensão social – que não é inédito – passa pelo trabalho sobre si, sobre seu corpo. Um corpo maleável e transformável indefinidamente é exacerbado no decorrer do século XX. No período

anterior à guerra total, as futuras nações beligerantes encontram-se seduzidas, em graus variados, pela cultura militar da ginástica, que numa concepção mais refinada de corpo é posta como transformadora da vontade, construtora de tenacidade, da segurança e autocontrole, um *body building*, na nomenclatura americana, capaz de transformar fraqueza em força.

O trabalho sobre o corpo é um trabalho sobre a vontade do indivíduo “que se reivindicava mais senhor de si com a modernidade” (VIGARELLO, 2008, p. 220). Corpo como palco de um “tornar-se” físico que é, ao mesmo tempo, produtor de novas prospecções internas, de uma verdade interior. A Alemanha, altamente militarizada, investe na “encarnação do povo no corpo” (VIGARELLO, 2008, p. 230) pela distinção conseguida por um treinamento que enriquece também o espírito. Demais nações, e principalmente a França após 1870, seguirão esse modelo de busca de saúde física da raça,¹¹ onde a ginástica se configura como prática normativa e coletiva do corpo com evidentes fins militares.

No século XIX a atividade esportiva é uma celebração da potência masculina (VIGARELLO; HOLT, 2008, p. 452). Entretanto, às mulheres o treinamento do corpo como base de melhoria da raça e fortalecimento do espírito não passou despercebido, mesmo que os discursos médicos enfatizassem sua fragilidade física e indisposição ao esforço. No início do século XX, no caso da Alemanha, esboçam-se defesas do treinamento também dos corpos das mulheres, baseadas no viés ainda militarista da boa saúde reprodutiva. Na França percebe-se

a metamorfose do feminino pelas palavras de Alice Milliat: “A educação física e o esporte dotam as meninas e as moças de uma saúde e de uma força que sem causar dano a sua graça natural, as tornam mais aptas a cumprirem no futuro o dever social que delas se espera” (apud VIGARELLO, 2008, p. 226). No século XIX a medicina enfatizava a diferença entre os sexos e a impropriedade do esforço físico e agressividade presentes nos esportes às mulheres, mas no final desse mesmo século se esboçaram reações que rejeitavam essa noção de fragilidade e passividade intrínseca.

Mesmo que timidamente e a despeito dos discursos declarados de fragilidade física, mulheres iniciam o processo de treinamento do corpo pela ginástica e pelo esporte.¹² A concepção do corpo como transformável expande-se na sociedade como um todo, e nem mesmo o discurso de fragilidade física inerente ao feminino passa incólume. É uma brecha que se abre na fronteira da concepção feminino/masculino do período.

Sobre a fragilidade intrínseca do corpo das mulheres é importante lembrar ainda que mesmo os discursos médicos e jurídicos não as distanciaram do esforço do trabalho fabril, do trabalho rural e das pesadas atividades domésticas. De qualquer maneira, a abstração “mulheres” é distanciada da capacidade de esforço físico e agressividade e também da capacidade guerreira. Mas, no decorrer do século XX, tanto a concepção de corpo moldável pelo treinamento quanto a experiência da guerra total modificam esse horizonte.

As guerras de massa da primeira metade do século XX são postas por di-

versos pesquisadores como espaços transformadores da masculinidade,¹³ enquanto que para outros o gênero é sobremaneira reforçado.¹⁴ Longe de pensar essas posições como excludentes, defendo que uma se entrelaça na outra, ou seja, a crise de identidade masculina e feminina enseja momentos de reforço do gênero.

Luc Capdevila, abordando o contexto francês, defende que houve uma migração da identidade masculina, pautada no *éthos* guerreiro, para o investimento afetivo na paternidade, em razão da experiência traumática da Grande Guerra. Para ele, “os homens foram pouco a pouco abandonando sua identidade guerreira para, ao contrário, reforçar sua identidade paternal” (2007, p. 87), o que veio diminuir sobremaneira o limiar de tolerância com relação à violência. Contradizendo o contexto francês, Georges Mosse (1996; 1990) afirma que na Alemanha e na Itália a sociedade se brutalizou e se militarizou mais ainda após a Primeira Guerra Mundial em busca do “homem novo” apregoado pelo fascismo. No entremeio da questão, Audoin-Rouzeau aponta que o grande paradoxo do século XX foi a destruição do masculino através da guerra total e, ao mesmo, tempo a manutenção do *éthos* guerreiro, proclamando não o seu fim, mas as diversas maneiras de sua erosão. Para o autor, “o estereótipo do guerreiro ocidental estava ligado, há muito tempo – desde o século XVIII –, à concepção de virilidade moderna para sair tão facilmente de cena” (2008, p. 394), mesmo que a atividade do combate tenha perdido toda a glória anterior.

A mutação da guerra – da glória à erosão do masculino – é uma experiência do século XX. Do porte aos uniformes, antes decorativos e desejosos de visibilidade, passa-se a uma invisibilidade necessária a guerra total – invisibilidade exigida tanto na funcionalidade da vestimenta quando na posição corporal do combate. O alcance dos armamentos e a capacidade de destruição técnica inauguram na Primeira Guerra Mundial o corpo do soldado rastejantes destituído das honras da cavalaria – uma das armas definitivamente abandonada em detrimento da infantaria e da artilharia. Do corpo em pé, do soldado que combate ereto ou, no máximo, ajoelhado, diante de armamentos de alcance reduzido, passa-se ao soldado rastejante.¹⁵ Como nos diz melancolicamente Walter Benjamin (1987, p. 198): “Numa paisagem em que nada permanecera inalterado, exceto as nuvens, e debaixo delas, num campo de forças de torrentes e explosões, o frágil e minúsculo corpo humano.”

Transformação relativa à capacidade técnica de destruição e que se liga à nova concepção de inimigo que precisa ser aniquilado. A mortalidade em massa, inaugurada pela possibilidade técnica,¹⁶ dá-se em nome da vida e da sobrevivência da população nacional. As perdas humanas em massa deram-se, paradoxalmente, em defesa da vida da população. Assim como nos afirma Foucault, as “guerras já não se travam em nome do soberano a ser defendido; travam-se em nome da existência de todos; populações inteiras são levadas a destruição mútua em nome da necessidade de viver” (1988, p. 149).

Marca de uma nova etapa de militarização das sociedades europeias, essa concepção do inimigo que necessita ser exterminado traz consigo o desaparecimento da fronteira entre combatentes e civis, a noção de guerra contínua¹⁷ e a percepção da fragilidade do corpo humano, especialmente na experiência dos combatentes diante da sua vulnerabilidade corporal. O dilaceramento do corpo, tanto do inimigo quanto do aliado, é uma experiência tátil, olfativa, visual e auditiva. O contato tátil prolongado nas trincheiras e nos campos com fragmentos dos corpos, o odor dos cadáveres, o estampido da artilharia (obuzes, granadas, bombas, metralhadoras e armas diversas) e a assustadora visão do corpo dilacerado fazem parte da experiência da guerra total. Segundo Capdevila (2007) e Audoin-Rouzeau (2008), o mito do guerreiro transforma-se com a diminuição da autoestima pautada na virilidade, marcando a impossibilidade de um retorno glorioso, na maneira de ver a si mesmo, tanto para os derrotados quanto para os vencedores. O fortalecimento do pacifismo após a Segunda Guerra Mundial contrapõe-se à nobreza do militarismo do final do século XIX.

Segundo Elaine Showalter, a crise de identidade, tanto masculina quanto feminina, acentuada pelas guerras do século XX, é anterior a elas. Para a autora, no *fin de siècle* era visível a assustadora “impossibilidade da sexualidade e os papéis sexuais serem contidos dentro dos limites simples e permanentes da distinção sexual” (1993, p. 22). A incapacidade exposta da sustentação desses papéis foi

fonte de ansiedade e também de reações antifeministas, uma vez que a crença nas esferas isoladas, cultuada na maior parte do século XIX, era cada vez mais posta à prova pelas próprias reivindicações das mulheres.

Considerando a identidade de gênero como sendo referente, relativa e reativa, para Elizabeth Badinter (1993, p. 11), sempre que as mulheres deslocam sua identidade a masculinidade se desestabiliza. As atitudes de valorização exacerbada da virilidade no *fin de siècle* foram reações, ao mesmo, tempo antifeministas e antifemininas, junto ao contexto do imperialismo, que se firmou pela adoção de valores viris como política de Estado. Uma França efeminada é largamente lamentada na literatura e na pintura após a derrota de 1870 (SHOWALTER, 1993, p. 25). De qualquer forma, a virilidade exacerbada no período que precede a guerra total, relacionada como reação à “feminização” da política e da cultura e diante de um contexto imperialista que viriliza a política do Estado, sai da experiência da guerra profundamente abalada na percepção dos combatentes.

Contrapondo-se a essa análise de Showalter, para Badinter (1993) as crises anteriores de masculinidade possuíam caráter limitado, visto que restritas à aristocracia e/ou burguesia. No final do século XIX, mais extensa e mais profunda, a crise encontraria “exutórios sucessivos nas duas grandes guerras mundiais” (1993, p. 11) à ansiedade masculina. Para a autora, contrariamente a Capdevila (2007), Mosse (1997) e Andoin-Rouzeau (2008),

as guerras foram espaços de reafirmação da virilidade. Concordando parcialmente com Badinter, os discursos anteriores às guerras propriamente ditas foram firmemente baseados na exaltação da virilidade da nação imperialista. No entanto, a experiência de guerra, tal qual afirmam os autores citados, trouxeram transformações subjetivas nos combatentes e nas sociedades beligerantes como um todo, que se distanciaram da autoestima viril/militar na composição da masculinidade. Se o século XIX, a partir de uma sistemática exploração efetuada pela medicina, foi uma celebração à potência do corpo (VIGARELLO, 2008; VIGARELLO; HOLT, 2008) e principalmente do corpo masculino, a experiência da primeira metade do século XX aflorou a sensibilidade sobre a fragilidade do corpo junto à recusa ao militarismo viril.

Ainda sobre a experiência das guerras do século XX, o corpo das mulheres, ao mesmo tempo distanciado simbolicamente dos combates, será instrumento importante de aviltamento do inimigo a ser aniquilado. Tal como assinala Audoin-Rouzeau (2008, p. 401), as práticas do sadismo tornaram-se banais a partir das guerras totais, em que o corpo do inimigo se transforma num troféu: ossos esculpidos, escalpos, orelhas, crânios e narizes serão *souvenirs* presentes no butim dos combatentes.¹⁸ Banalidade existente nos palcos de guerra com relação ao corpo que condiz a ideia de um “outro” que deixa de ser humano e passa a ser animalizado e “coisificado”. Importante enfatizar que, mesmo em contextos próximos como a Guerra do Iraque (RIAL, 2007), o corpo das mulheres continua sendo consi-

derado de forma banal como a encarnação do inimigo. Os estupros perpetrados, longe de serem frutos de psicopatologias individuais, são atos sistemáticos que fazem parte de uma política de gênero. A negação de outra cultura e outra “raça” encontra no corpo das mulheres o lugar por excelência da sistematização da violência: um espaço de política de guerra.

Junto à violência de gênero perpetrada em específico às mulheres como o corpo a aviltar, é importante também perceber as inflexões por que passam tanto a identidade feminina quanto a masculina, se quisermos superar a dicotomização há tanto instituída. A visão dos combatentes somente como perpetradores da violência ou, ainda, heróis, não como vítimas, reforça a dicotomia do gênero, uma vez que os coloca como intrinsecamente viris e apaga o sofrimento impetrado pelo aviltamento de si, de sua humanização, tanto quanto aquela efetuada ao corpo supliciado do inimigo.

Esses sucessivos deslocamentos das identidades de gêneros, focadas no corpo, ensejam ainda na primeira metade do século XX a possibilidade de mulheres se transformarem em agentes do monopólio da violência do Estado: primeiramente nas forças policiais e, em seguida, nas Forças Armadas.

No Brasil, o tema da inserção de mulheres nas Forças Armadas passa a ser abordado nos estudos acadêmicos a partir da década de 1990,¹⁹ momento em que esse processo se concretizou. Iniciou-se na Marinha em 1980, com a atuação de mulheres na área técnica e administrativa, na Ae-

ronáutica em 1982 e no Exército em 1992. Assim como nas congêneres europeias, a presença física de mulheres em atividades no interior da caserna não as elevou imediatamente ao *status* de “militares”.

As investigações desenvolvidas no meio acadêmico brasileiro enfocam privilegiadamente o ingresso de mulheres nas Forças Armadas, não se atendo ao processo ocorrido anteriormente nas forças policiais: São Paulo em 1955 e Paraná em 1975,²⁰ onde a ideia de “feminino” passou a ser precocemente imbricada à atividade viril da polícia. No caso brasileiro, a maior visibilidade das Forças Armadas, no que se refere à pesquisa histórica comparativamente às polícias, explica-se também pelo contexto vivido pós-1964 e pela subordinação legal das forças policiais estaduais ao Exército nesse período. A visibilidade do Exército como centro de poder e como poder de Estado e a subordinação institucional das forças policiais a esse poder contribuem para a visibilidade do primeiro em detrimento do segundo. Isso somado à historicidade da formação das polícias ditas “militares” como cópias do modelo hierárquico-disciplinar que caracteriza a estrutura interna das Forças Armadas e que hierarquiza simbolicamente os olhares.²¹

A historiografia brasileira que trata da “história militar” ou da “nova história militar”²² entende como *locus* de uma história dita “militar” as Forças Armadas e, dentre essas, é perceptível um privilégio ao Exército brasileiro. Mesmo na obra de Celso Castro (2004), o conceito militares/militarismo não compreende a ação das forças policiais. A ideia de instituição

disciplinar interna e externa parece também ser um fator que hierarquiza e enobrece o Exército. Lembra-se ainda que até bem pouco tempo o objeto por excelência da história eram os eventos políticos relacionados ao Estado nacional e sua defesa territorial diante da ação de outros Estados.

Nesse viés, compreende-se, com relação à construção do objeto de pesquisa histórica, o fato de as primeiras investigações enfocarem o ingresso de mulheres em instituições viris abordando as Forças Armadas e não se aterem a esse mesmo processo ocorrido anteriormente nas polícias. Mas, para além desse debate, e não deixando de considerar as especificidades e singularidades institucionais das Forças Armadas e das forças policiais, os discursos sobre o corpo militar – guerreiro, viril – no que tange à exclusão do corpo das mulheres encontra-se num mesmo patamar.

No que concerne à Inglaterra, França e Alemanha, a inclusão de mulheres em atividades de policiamento encontra-se diretamente relacionada ao contexto da Primeira Guerra Mundial. Durante a guerra foram formados agrupamentos voluntários de mulheres com funções de policiamento – vigilância e patrulhamento – na Inglaterra (*Women Police Volunteers*), na França e também na Alemanha, no contexto do denominado “esforço de guerra”. Como já citado, após o armistício, paulatinamente se esboçou nesses países a institucionalização da presença de mulheres em atividades policiais.

No caso inglês, as atividades de orientação e de acomodação de refugiados

em 1914 a cargo de mulheres são colocadas pelos memorialistas (ALLEN apud FERAZ, 1954) como sendo impulsionadoras para que essas assumissem o policiamento nas cidades. Em 1915 esse policiamento voluntário foi anexado à força policial com a denominação de Women Police Service. Quando o armistício foi assinado, esse agrupamento contava com a presença de 357 mulheres, que foram oficialmente anexadas à Metropolitan Police de Londres (MET), trabalhando em tempo integral. As policiais da Inglaterra tiveram um papel significativo na organização do “policiamento feminino” de diversos países, especialmente daqueles que faziam parte de sua área de influência econômica.²³ Duas policiais inglesas estiveram visitando o Brasil em 1932, as quais, junto com Bertha Lutz, realizaram palestras para as sufragistas relatando sobre as atividades desempenhadas na Inglaterra (PEDROSO, 1995, p. 11).

Na França, em 1925, em Grenoble, foram criados dois cargos de “Inspetoras sociais de Polícia” e na capital Paris a partir de 1932, em razão da campanha empreendida pelo Conselho Nacional das Mulheres Francesas. Na Alemanha, mulheres voluntárias em atividades do esforço de guerra ligadas ao policiamento foram paulatinamente incorporadas às organizações policiais e também contaram com a assessoria das policiais da Inglaterra, em 1923, quando foi criado um setor de “Auxiliares de Polícia”, com o efetivo inicial de seis mulheres.

No caso estadunidense, em 1910, Alice Stebbins Wells foi incluída nos serviços

de patrulhamento na polícia de Los Angeles. Em Nova York esse processo se iniciou a partir de 1926, após intensa campanha desenvolvida por 62 associações de mulheres (APPIER, 1998, p. 34).

Com exceção das policiais inglesas – *Policewomen* –, os demais agrupamentos adotaram, precavidamente, a nomenclatura de “Assistentes de Polícia” ou “Auxiliares Sociais de Polícia”. Essas pioneiras passam a formar grupos uniformizados, com regulamentos próprios e com a função específica de “amparar” a população necessitada. Como vítimas ou delinquentes, os pobres em geral, as mulheres, os idosos e os chamados “menores” serão o foco discursivo da presença de mulheres na atividade policial, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos e, mais tarde, na América Latina.

A difusão do discurso maternalista, efetuado pela geração do feminismo sufragista, terá papel primordial no deslocamento do sujeito “feminino”. Além de reproduzirem os homens da pátria, essas feministas postulavam maternalizar a sociedade, a fim de que as mulheres pudessem participar de todos os espaços sociais.²⁴

O modelo de policiamento maternalista – “Polícia Feminina” – tinha por base uma visibilidade seletiva dos espaços de atuação e uma proximidade essencialista, uma vez que se organizava a partir de representações que incidiam sobre a mulher policial que ora a aproximavam, ora a afastavam de determinados espaços urbanos e de segmentos da população. Criado como um “tipo” específico de policiamento, esse modelo vigorou nesses países até a década

de 1970 e foi base da inclusão de mulheres nas polícias também nos demais países do continente americano. Impulsionadas pela segunda onda do movimento feminista, as policiais dos EUA, após campanha acirrada, adotaram legalmente a denominação de *Police Officer*, tais quais os homens policiais.²⁵

Além de desestabilizadores da identidade dos sujeitos sexuais, a inclusão de mulheres nos quadros policiais e, mais tarde, nas Forças Armadas denota mudanças na cultura política e nas representações acerca do Estado. De um Estado imperialista pautado na expansão de si, na conquista de espaço econômico, político e também geográfico, na exacerbação da nacionalidade como expressão do apagamento do outro, passa-se a um Estado maternal e/ou benemerente, que discursivamente se coloca como protetor da população a partir de políticas públicas específicas. Penso ser possível e necessário pensar a cultura política através do gênero como categoria analítica, uma vez que a construção das teorias sobre o que é o Estado e qual é a sua função se encontra permeada por essa categoria e as representações de mulheres são recorrentemente utilizadas em momentos de crises diversas.

No caso brasileiro, a reabertura dos debates públicos será a tônica dessa concepção civilizadora/humanizadora da presença de mulheres nas atividades policiais e militares: após a ditadura varguista com relação às polícias e após a ditadura militar no que concerne às Forças Armadas.

As Forças Armadas e as forças militares, ao agregarem a concepção de “feminino” à constituição de sua autorrepresentação,

exemplificam o atravessamento do gênero no pensamento político formador da concepção de Estado sob o qual suas “forças” não passam incólumes. Em fins do século XX, o desenvolvimento da concepção de segurança humana e da paz como *peacekeeping* e *peacebuilding*, defendidas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (MATHIAS, 2009; DONATIO; MAZZOTA, 2009), ampliou ainda mais a discussão sobre a presença das mulheres e de um “feminino” na composição do corpo militar, tanto no mundo da caserna quanto na atividade policial.

Virility and the military body

Abstract

This article is a reflection about the military body and the discursive constructions that focus on the body thought as male and female which are historically classified in the dichotomy of the absence/presence of virile capacity. The premise of the unmanly that until the early twentieth century excluded the body of women in the world of the barracks will be transformed before the symbolic justification of the necessity of women inclusion in this area as a way to humanize, civilize and modernize the Armed Forces and Police Forces. This text reflects on the body of the warrior and the erosion and/or transformation of Western virility in the twentieth century and the common inclusion of the “feminine” in the manly/military activities.

Key words: Body. Virility. Gender.

Notas

- ¹ Sobre a construção do sistema sexual dimórfico ver LAQUEUR, 2001.
- ² Condutores de caminhões transportando alimentos, armamentos e remédios; aviadoras de comboio de pequenas aeronaves; instrutoras de voo; agentes de informação; construtoras de pistas de pouso, abrigos, fortificações e estradas; motociclistas; engenheiras e projetistas; operadoras de rádio; operadoras de máquinas; eletricistas e mecânicas etc. (CAIRE, 2002, p. 75).
- ³ Secretárias, telefonistas, enfermeiras, datilógrafas, estenógrafas, cozinheiras, ajudantes de química, revisoras de textos (CAIRE, 2002, p. 74).
- ⁴ Michele Perrot (2005, p. 439-441) minimiza as atividades desenvolvidas pelas mulheres na guerra como confrontantes ao modelo de feminilidade e masculinidade existentes. A enfermagem, em destaque, não afetou fronteira a do gênero e mesmo as mulheres participantes da resistência teriam assumido tarefas subalternas em funções habituais do feminino. Para ela, a resistência “séria” efetuada por poucas mulheres obrigava à “masculinização” e ao sacrifício da aparência. Para a autora, parece estar claro que feminilidade e masculinidade são atributos postos e indissociáveis dos corpos sexualmente binários. Mesmo que, obviamente, não postule uma natureza biológica, a autora fixa a identidade de gênero ao considerar que atitudes destoantes do binarismo do sistema sexo-gênero são vistas como sacrifício e masculinização.
- ⁵ Estrangeiro, subversivos, delinquentes etc.
- ⁶ Segundo Pierre Bourdieu (2003, p. 202), esse é o fundamento último da militarização. O autor refere-se ao processo de militarização dos partidos políticos, mas que penso descrever todo processo que busca construir unicidade, homogeneidade de qualquer instituição, como é o caso das Forças Armadas e das polícias militares.
- ⁷ As instituições disciplinares e suas respectivas estruturas são construídas a partir do século XVIII, quando os suplícios dão lugar ao encarceramento. O corpo, sujeito do poder, transforma-se em objeto de vigilância dos organismos disciplinares, que assegurariam “a ação da sociedade sobre cada indivíduo” e, dentre eles, todos os tipos de milícias (FOUCAULT, 1987, p. 81).
- ⁸ A articulação entre corpo e objeto discutida por Foucault, para quem a disciplina estabelece a união entre ambos, denominada pelo autor como “codificação instrumental do corpo” (FOUCAULT, 1987, p. 130).
- ⁹ Experiência esta iniciada no continente europeu a partir de 1798 com as guerras revolucionárias e imperiais.
- ¹⁰ Ver FAURE (2008); MARTINS (2004); MOULIN (2008).
- ¹¹ Vigarello (2008) analisa as disputas existentes nas concepções sobre a prática física entre o modelo da ginástica e do esporte no decorrer do século XIX. O primeiro modelo, acentuado nas nações mais militarizadas no período das guerras totais expande-se às demais nações. No pós-guerra o esporte supera de vez a ginástica.
- ¹² A ginástica sueca, o golf (flexível e elegante), a adaptação do hóquei sobre a grama, o tênis (grande mercado matrimonial) serão os esportes das mulheres de classe média (VIGARELLO; HOLT, 2008).
- ¹³ Ver CAPDEVILA, 2007; MOSSE, 1990; AUDOIN-ROUZEAU, 2008; BADINTER, 1993; SHOWALTER, 1993.
- ¹⁴ PERROT, 2005; THÉBAUD, 1995.
- ¹⁵ Transformações nas técnicas corporais já apontadas por Marcel Mauss (2003). O combate se dava ombro a ombro devido ao fraco poder de fogo, que exigia a concentração dos combatentes postos ao alcance da voz dos oficiais e suportando sempre em pé o terror do fogo da artilharia inimiga (AUDOIN-ROUZEAU, 2008, p. 371).
- ¹⁶ O fuzil de repetição que dispara dez projéteis por minuto; as balas cônicas e giratórias que atingem cerca de 600 metros e ferem com uma gravidade antes inimaginada e em silêncio; a muralha de 400 a 600 projéteis por minuto da metralhadora; o poder de fogo da artilharia que multiplica o alcance da batalha (AUDOIN-ROUZEAU, 2008, p. 375).
- ¹⁷ O prolongamento das batalhas levado ao extremo, a exemplo dos dez meses da Batalha de Verdum, suplicia o corpo do combatente de forma ininterrupta, o que, segundo Audoin-Rouzeau (2008, p. 381), provocava um esgotamento físico, fisiológico e psicológico irrecuperável e destitui o combate de glórias que pudessem elevar subjetivamente a honra viril, mesmo com a distribuição de medalhas e honrarias.
- ¹⁸ As práticas de aviltamento total do corpo do inimigo, segundo Audoin-Rouzeau (2008, p. 402), visíveis e banais principalmente no Pacífico, estiveram ausentes na frente ocidental em que os adversários, a despeito da forte hostilidade, possuíam um “sentimento de pertença e uma humanidade comum”.

- ¹⁹ Ver TAKAHASCHI (2005); D'ARAÚJO (2004); MAIA (1993); CÔNSUL (1999); MUSUMECI; SOARES (2004; 2005); CALAZANS (2003).
- ²⁰ Ver MOREIRA (2007).
- ²¹ As Forças Policiais, segundo Bretas (1997, p. 10), foram excluídas da história política em razão da formulação da engenharia social no século XIX, a qual divide o Estado em duas frações: fração política e fração administrativa. Esta última, racional e invisível, à qual pertencem as forças policiais. A polícia se torna um não assunto. Invisibilidade como parte de sua eficácia. Somente quando sua presença se torna visível, sinalizando a incapacidade do Estado no “controle social”, é que se transforma em objeto de estudos acadêmicos.
- ²² Na introdução da obra *Nova história militar*, os autores destacam dois momentos na produção histórica sobre as instituições militares: tradicionalmente, um enfoque sobre o papel político do exército; e a *nova* história militar como sendo a fase atual de pesquisa, influenciada pela história social, antropologia, pelas perspectivas pós-modernas e, ainda, pelo acesso ensejado aos arquivos após a redemocratização, enfoca novas direções de pesquisa ligadas aos símbolos e rituais do exército: o recrutamento, as relações exército-sociedade civil etc. (CASTRO, 2004).
- ²³ Como foi o caso da cidade do Cairo e Bombain, que em 1928, com assessoria das policiais inglesas, criou setores de policiamento feminino.
- ²⁴ Sobre o maternalismo ver MARTINS, 2004; FREIRE, 2009.
- ²⁵ No caso brasileiro, esse modelo foi extinto oficialmente em São Paulo a partir dos anos 90, quando os batalhões de “Polícia Feminina” foram diluídos no restante da tropa, deixando de fazer parte de um grupo em separado e com as funções específicas de amparo.

Referências

- APPIER, Janis. *Policing women: the sexual politics of law enforcement – LAPD*. Philadelphia: Temple University, 1998.
- BADINTER, Elizabeth. *X e Y sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CAIRE, Raymond. *A mulher militar: das origens aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Biblex, 2002.

CALAZANS, Márcia Esteves de. A constituição de mulheres em policiais: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul. *Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias*, Pelotas: Euduct, v. 2, p. 147-172, 2003.

CALAZANS, Márcia Esteves de. Mulheres policiais militares no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, p. 142-50, 2003.

CARREIRAS, Helena. O olhar dos homens: resistência e cumplicidade nas respostas masculinas à integração de mulheres nas Forças Armadas. In: MATHIAS, Suzeley Kalil (Org.). *Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas*. São Paulo: Unesp; Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2009. p. 169-190.

CASTRO, Celso et al. (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV; Bom Texto, 2004.

_____. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CÔNSUL, J. C. *Estilo de comando das oficiais da Brigada Militar da região metropolitana de Porto Alegre*. 1999. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

- CORBIN, Alain. Introdução. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jaques; VIGARELLO, Georges (Org.). *História do corpo: da revolução à Grande Guerra*. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. V. II. 2. p. 7-12.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil. In: CASTRO, Celso et al. (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV: Bom Texto, 2004. p. 439-459.
- DONATIO, Marcela; MAZZOTA, Cecília (Org.). *La mujer en las instituciones armadas y policiales: resolución 1325 y operaciones de paz en América Latina*. Buenos Aires: Resdal, 2009.
- FAURE, Olivier. O olhar dos médicos. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jaques; VIGARELLO, Georges (Org.). *História do corpo: da revolução à grande guerra*. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. v. II.
- FERRAZ, Esther de Figueiredo. Atribuições de uma polícia feminina. *Militia*, n. 49, ano VII, p. 32-36, jun. 1954.
- FOUCALT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 18. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FREIRE, Maria Marta de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Delume Dumará, 2001.
- LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- MAIA, L. R. *Polícia feminina: perfil e ambiguidade da mulher militar na organização - assistência ou repressão?* 1993. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Administração, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1993.
- MARTINS, Ana Paula. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.
- MATHIAS, Suzeley Kalil. *As mulheres chegam aos quartéis*. [S. l.], 2005. Disponível em: <http://www.resdal.org/producciones-miembros/art-kalil.html>. Acesso em: 5 jun. 2006.
- _____. (Org.). *Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas*. São Paulo: Unesp; Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2009.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- MENUCCI, Daniel Lins. Grupos no hospício: o desejo como tarefa. In: SAIDON, Osvaldo; KAMKHAGI, Vida Raquel. *Análise institucional no Brasil*. 3. ed. [s.l.]: Editora Rosa dos Tempos, 1996.
- MOREIRA, Rosemeri. *Entre o escudo de Minerva e o manto de Penélope: a inclusão de mulheres na Polícia Militar do Estado do Paraná: 1970-1981*. Dissertação (Mestrado) - UEM - PR, 2007.
- MOSSE, George L. *Fallen soldiers: reshaping the Memory of the World Wars*. Oxford: Oxford University Press, 1990.
- _____. *The image of man: the creation of modern masculinity*. Oxford University Press, 1996.
- MOULIN, Anne Marie. O corpo diante da medicina. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jaques; VIGARELLO, Georges (Org.). *História do corpo: as mutações do olhar – o século XX*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. v. III. p. 15-82.
- MUSUMECI, Leonarda; SOARES, Bárbara Musemeci. *Polícia e gênero: presença feminina nas PMs brasileiras*. Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, ano 2, n. 4, abr. 2004.

Disponível em: [Http://www.ucamcesec.com.br/arquivos/publicacoes/bole-tim07.pdf](http://www.ucamcesec.com.br/arquivos/publicacoes/bole-tim07.pdf). Acesso em: 20 fev. 2006.

PERROT, Michele. *As mulheres e os silêncios da história*. Bauru: Edusc, 2005.

PEDROSO, Maria de Lourdes. Polícia Feminina. *Revista Militia*, n. 56, ano IX, p. 6-13, mar./abr. 1955.

QUETÉL, Claude. *As mulheres na guerra: 1939- 1945*. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.

RIAL, Carmen. Guerra de imagens e imagens da guerra: estupro e sacrifício na Guerra do Iraque. *Estudos Feministas*, [on-line], 2007, v. 15, n. 1, p. 131-151. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n1/a09v15n1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2009.

SHOLWALTER, Elaine. *Anarquia sexual: sexo e cultura no fim de siécle*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SOARES, Barbara; MUSUMECI, Leonarda. *Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

THÉBAUD, Françoise. A grande guerra. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1995. v. 5. p. 27-93.

VIGARELLO, Georges. Treinar. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jaques; VIGARELLO, Georges (Org.). *História do corpo: as mutações do olhar - o século XX*. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. v. III. p. 197-252.

VIGARELLO, Georges; HOLT, Richart. O corpo trabalhado e esportistas no século XIX. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jaques; VIGARELLO, Georges (Org.). *História do corpo: da Revolução à Grande Guerra*. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. v. II. p. 393-478.

WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 19-38, dez. 2007.